

**DA PESCA AO TURISMO COM BASE
COMUNITÁRIA NO POVOADO DE TERRA CAÍDA
(INDIAROBA-SE-BRASIL): O ESPAÇO RURAL
COM “OUTRAS CARAS”¹**

**FROM FISHING TO TOURISM BASED ON THE
COMMUNITY IN THE PEOPLE OF TERRA CAÍDA
(INDIAROBA-SE-BRAZIL): THE RURAL SPACE WITH
“OTHER FACES”**

**DE LA PESCA AL TURISMO DE BASE COMUNITARIA
EN EL PUEBLO DE TERRA CAÍDA (INDIAROBA-SE-
BRASIL): EL ESPACIO RURAL CON “OTRAS CARAS”**

Lício Valério Lima Vieira

Professor do Instituto Federal de Sergipe (IFS)
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: liciovalerio@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2283-3420>

Maria Geralda de Almeida

Professora Titular da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Professor Aposentada da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Professora do PPGEIO da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
(In memoriam)

Resumo:

O propósito deste artigo é discutir a introdução do turismo rural no povoado Terra Caída no município de Indiaroba, em Sergipe. O povoado tem na pesca tradicional a sua principal fonte de ocupação e renda, a qual nos últimos tempos vem apresentando transformações quanto ao potencial de produção e garantia de ocupação dos habitantes da localidade. Ademais, a localidade vem sendo pressionada pelas atividades de carcinicultura, com sérias transformações na (re)organização socioespacial e territorial. São considerados para esta reflexão os aspectos do turismo no espaço rural de base comunitária como fator de reorganização territorial e desenvolvimento local. Para tanto, analisa-se o nível de organização social local e sua interface com o desenvolvimento do turismo, bem como o papel da Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores do Povoado Terra Caída na implementação do turismo local. São questionados os fatores determinantes para a inserção da comunidade na atividade turística frente ao modelo adotado pelas políticas públicas e iniciativa privada. Concebido como forma de desenvolvimento local, são discutidas se as premissas dos planejadores se coadunam com aquelas dos moradores de Terra Caída.

Palavras-chave: Turismo; Espaço Rural; Comunidade.

Abstract:

The purpose of this article is to discuss the introduction of rural tourism in the village of Terra Caída in the municipality of Indiaroba, in Sergipe. The village has traditional fishing as its main source of occupation and income, which in recent times has shown changes in terms of production potential and guarantee of occupation of the inhabitants of the locality, in addition to being pressured by shrimp farming activities, with

¹ Texto publicado originalmente em VILAR, J. W. C; ARAÚJO, H. M. de. (Orgs.). **Território, Meio Ambiente e Turismo no Litoral Sergipano**. São Cristóvão: EDUFS, 2010, p. 273-290. Agradecemos aos autores e aos organizadores do livro pela autorização para republicação, com mudanças e adaptações ao formato de artigo. Vale ressaltar que o texto foi revisitado, revisado e atualizado pelo prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira para a presente publicação.



serious changes in the socio-spatial and territorial (re)organization. This reflection considers aspects of community-based rural tourism as a factor in territorial reorganization and local development. In order to do so, the level of local social organization and its interface with the development of tourism are analyzed, as well as the role of the Association for the Citizenship of Fishermen and Residents of the Terra Caída Village in the implementation of local tourism. The determining factors for the insertion of the community in the tourist activity are questioned in face of the model adopted by public policies and private initiative. Conceived as a form of local development, it is discussed whether the planners' premises are in line with those of the residents of Terra Caída.

Keywords: Tourism; Rural Space; Community.

Resumen:

El objetivo de este artículo es discutir la introducción del turismo rural en el pueblo de Terra Caída en el municipio de Indiaroba, en Sergipe. Dicha localidad tiene como principal fuente de ocupación e ingresos la pesca artesanal, la cual en los últimos tiempos ha mostrado cambios en cuanto al potencial productivo y garantía de ocupación de los habitantes, además de estar presionada por las actividades camaroneras, con cambios en la (re)organización socioespacial y territorial. Esta reflexión considera aspectos del turismo rural comunitario como factor de reordenamiento territorial y desarrollo local. Para ello, se analiza el nivel de organización social local y su interfaz con el desarrollo del turismo, así como el papel de la Asociación para la Ciudadanía de Pescadores y Vecinos de Terra Caída en la implementación del turismo local. Se cuestionan los factores determinantes para la inserción de la comunidad en la actividad turística frente al modelo adoptado por las políticas públicas y la iniciativa privada. Concebida como una forma de desarrollo local, se discute si las premisas de los planificadores están en línea con las de los vecinos de Terra Caída.

Palabras llave: Turismo; Espacio Rural; Comunidad.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é discutir a experiência de introdução do turismo rural no povoado Terra Caída no município de Indiaroba, em Sergipe. Especificamente, pretendeu-se caracterizar os aspectos físicos e culturais que sustentam a prática do turismo local e identificar as estratégias utilizadas pela comunidade para inserção na prática turística.

Tradicionalmente, o povoado tem na pesca tradicional a sua principal fonte de ocupação e renda, a qual nos últimos tempos vem apresentando transformações quanto ao potencial de produção e garantia de ocupação dos habitantes da localidade, além de ser pressionada pelas atividades de carcinicultura, com sérias transformações na (re)organização socioespacial e territorial da localidade. Também são considerados para esta reflexão os aspectos do turismo no espaço rural de base comunitária como fator de reorganização territorial e desenvolvimento local. Para tanto, analisa-se o nível de organização social local e sua interface com o desenvolvimento do turismo, bem como as iniciativas e o papel da Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores do Povoado Terra Caída (ASPECTO), na implementação do turismo local.

Ao longo do artigo são apresentados os fatores determinantes para a inserção da comunidade na atividade turística frente ao modelo adotado pelas políticas públicas e iniciativa privada. Concebido como forma de desenvolvimento local, discutiremos se as premissas dos planejadores se coadunam com aquelas dos moradores de Terra Caída.

Em termos metodológicos foram utilizados instrumentos quantitativos e qualitativos. No primeiro caso, o acesso a dados secundários em trabalhos acadêmicos e de planejamento



contribuíram para o entendimento da dinâmica econômica e territorial na escala do município de Indiaroba e dos povoados. No segundo caso, entrevistas com roteiro pré-estabelecido com líderes comunitários ajudaram a obter informações sobre a realidade turística e sobre as ruralidades locais, seus problemas e desafios.

2 TURISMO NO ESPAÇO RURAL: APORTES TEÓRICOS

O espaço rural é, sem dúvida, quando comparado com o espaço urbano, mais rico em termos de paisagens o que possibilita o desenvolvimento de atividades diversas relativas às práticas turísticas. Além de sua diversidade de oferta, no turismo rural existe uma certa indefinição terminológica e conceitual sobre esta modalidade de turismo. Como sua própria denominação indica, o espaço rural contém dois vocábulos com significados conectados, porém independentes.

Numa primeira aproximação, é possível afirmar que o turismo no espaço rural pode ser entendido como aquela atividade que apresenta como cenário o espaço rural para atividades de lazer e de fruição em contato com a natureza e com as populações locais e suas práticas culturais.

Isto posto, áreas litorâneas, como a do povoado Terra Caída que permanece com suas ruralidades presentes, permitem-nos concebê-la, sobretudo, como rural; o sol e a praia, neste caso, complementam as características espaciais, sendo secundários para defini-lo enquanto um segmento turístico. Posteriormente, as evidências das características rurais de Terra Caída serão apresentadas para reforçar esta nossa argumentação.

Embora somente nos últimos dez anos a prática do turismo no espaço rural tenha causado um inusitado interesse por parte dos investidores em equipamentos turísticos e dos promotores e planejadores do turismo, ele não é novo. No Plano Nacional de Turismo, de 1991, ele já é mencionado. Algumas experiências pioneiras foram realizadas em diversos estados. No Ceará, por exemplo, no município de Beberibe, na comunidade da Prainha do Canto Verde, o planejamento da atividade turística teve início em 1994 por meio da construção do Projeto Turístico Socialmente Responsável, de forma participativa e descentralizada. Os próprios membros da comunidade local entendiam que a atividade turística deveria ser organizada e realizada por eles. Para tanto, foi criado o Conselho de Turismo e a COOPECANTUR (Cooperativa de Turismo). Após mais de dez anos de existência, esse turismo na Prainha do Canto Verde tornou-se referência, uma vez que foram identificados os principais impactos desse tipo de turismo na comunidade, e registrou-se aumento da autoestima dos autóctones, geração de trabalho e renda para os moradores e o fortalecimento da cultura associativista e das lideranças comunitárias (ZECHNER, HENRIQUEZ, SAMPAIO, 2008).

Ainda no Brasil, outra experiência que merece destaque é citada também pelos estudos de Zechner, Henriquez, Sampaio, (2008), em Santa Catarina, no município de Santa Rosa de Lima. A comunidade local, a partir do trabalho associativo e com base nos princípios da Agroecologia,



realiza adaptações em cinquenta propriedades rurais para a prática do agroturismo, com a criação de uma central de reservas gerenciada pela própria comunidade, para a promoção de vivências no meio rural, social e produtivo. Neste caso, merecem destaque as estratégias de marketing aplicadas à localidade, o nível de associativismo, a colocação de produtos em novos mercados, a hospitalidade da comunidade receptora e o modo de vida tradicional.

A expansão do turismo nos últimos anos se produz em uma clara revalorização e mudança de atitude com relação aos espaços rurais. Levanta-se a hipótese de que essas mudanças podem ser explicadas pela ampliação e diversificação da demanda turística, pela crescente sensibilização política e social com o patrimônio cultural e natural existentes no mundo rural. Porém, não se descartam a força dos fatores econômicos negativos e a busca de atividades alternativas para revitalização e integração do tecido econômico e social destes espaços.

Nesse contexto, a prática do turismo no mundo rural pode promover transformações que vão desde as melhorias das condições de vida nas localidades, passando pela redução do êxodo rural e chegando até à diversificação das oportunidades de geração de trabalho e renda, não necessariamente nessa ordem linear.

O Ministério do Turismo (MTur) declara em seu documento intitulado Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, que a partir do final de 1990, os aspectos positivos do turismo rural foram amplamente difundidos no Brasil e fizeram com que um significativo número de empreendedores investisse nesse segmento, mas muitas vezes de forma pouco profissional ou sem o embasamento técnico necessário. Conseqüentemente, questões negativas de sua implantação começaram a se manifestar, relacionadas, de modo geral, à sobrecarga da estrutura rural por um número elevado de visitantes e veículos, aos problemas legais, à degradação ambiental e à descaracterização do meio e da própria atividade (MTUR, 2018).

Por sua vez, ao visitar o espaço rural, o turista busca defrontar-se com outras paisagens diferentes daquelas encontradas no seu dia a dia, principalmente aquelas existentes em zonas urbanas. Nessa modalidade de turismo é possível encontrar e vivenciar experiências relacionadas à diferentes atividades produtivas, bem como, a diversificados modos de vida e ao próprio cotidiano.

A intensificação do capital no campo, representado por máquinas e equipamentos e por novos padrões de consumo, contribuiu para requalificação da paisagem rural. O surgimento de grandes áreas de monocultivos e de atividades ligadas à agropecuária, com incorporação de novas práticas, deu ao mundo rural características do urbano, ampliando assim a complexidade da discussão sobre o rural.

Esses novos cenários despertaram potencialidades e atrativos que passaram a ser utilizados pelo turismo. Roteiros, rotas e caminhos foram elaborados e incorporados a outros já existentes. A atividade turística passa então a usufruir das condições que ora se instalam no campo, com a



modernização de antigas fazendas, restauração de prédios e construções, valorização da gastronomia local, dentre outras possibilidades. Por outro lado, as comunidades receptoras, muitas vezes, não foram consideradas no estabelecimento de estratégias de exploração dos seus recursos. Pode-se dizer então que o turismo não permitiu de fato a inserção social e o desenvolvimento das comunidades na totalidade dos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A intensificação da infraestrutura de circulação, maquinarias e relações comerciais globais refletem no incremento de novas transformações no mundo rural. Para Campanhola e Silva (2004), o turismo rural se configura como uma escolha promissora para o aumento dos níveis de emprego e renda da população do campo, e alternativa viável para o aumento da renda dos pequenos produtores.

Diante desse cenário, o turismo no espaço rural aparece como uma alternativa capaz de promover o surgimento de estratégias de valorização das velhas práticas, agora vistas como elementos da cultura, e ainda, como caminhos de reaproximação entre o homem e a natureza. Essa máxima dessa modalidade do turismo fundamenta-se em práticas, muitas das vezes socioeducativas, que possibilitam o contato direto entre o visitante e o cotidiano do lugar, seja uma fazenda, uma chácara, um rio, uma cachoeira, dentre outros. Ademais, necessita de implementação de meios de hospedagem e alimentação, e ainda, práticas recreativas e de entretenimento.

De acordo com o MTUR (2018), os elementos do território, a economia, recursos naturais e culturais e a própria sociedade sustentam a atividade turística no espaço rural, contextualizado dentro de um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no campo, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

A Carta de Joinville (2009), elaborada durante a realização do IV Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado em 2004, propõe contribuições ao conceito e declara que turismo rural é aquele que, do ponto de vista geográfico, se realiza no campo; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivências da cultura rural; do ponto de vista socioeconômico, representa um complemento às atividades agropecuárias e, finalmente, do ponto de vista do imaginário, atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida.

Na visão do Ministério do Turismo, para um turismo rural ordenado e fortalecido são necessárias ações articuladas, desenvolvidas por agentes governamentais em parcerias com o setor privado e com o envolvimento da comunidade, além de infraestrutura e capacitação profissional adequadas. Nessa perspectiva, foram estabelecidas sete diretrizes, a saber: Ordenamento; Informação e Comunicação; Articulação; Incentivo; Capacitação; Envolvimento das Comunidades; e Infraestrutura. Essas diretrizes devem ser realizadas em um contexto macro, em que a interrelação



das ações e dos agentes seja condição fundamental para o sucesso de sua implantação, em busca do desenvolvimento sustentável no campo.

A sustentabilidade no mundo rural passou a ser prioridade em algumas políticas públicas. Como exemplo, tem-se, no contexto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar que objetiva a promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural, a partir da implantação e o do fortalecimento de atividades turísticas pelos agricultores familiares (BNDES, 2017).

Diante dessas discussões, adotou-se para este estudo as considerações sobre a prática do turismo no espaço rural, que reforçam a estreita ligação entre as atividades e o cotidiano, as potencialidades naturais e culturais, no contexto de produção dos agricultores que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, que respeitam e valorizam o modo de vida, o patrimônio cultural e natural, além de ofertar produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos.

Para tanto, fazem-se necessários os elementos que configurem a ruralidade em oposição à paisagem urbana. Daí a necessidade de se manter as atividades, sejam elas econômicas, culturais ou sociais, que permitam ao visitante o envolvimento com práticas do cotidiano ligadas à economia local, às tradições, à história, aos costumes, às técnicas e aos instrumentos de trabalho.

No entanto, não se pode deixar de destacar que, se não forem observados ou levados em consideração os aspectos que sustentam o turismo de massa, quanto à apropriação do lugar e seus elementos, essa atividade no meio rural pode se transformar em um perigo à comunidade, provocando o aumento inflacionário, a descaracterização de práticas do cotidiano, o incremento da prostituição e a desapropriação dos meios de produção dos membros da comunidade local, dentre outros aspectos que causam externalidades negativas.

Froehlich (2000) destaca que ao lado da pluralidade de referências para as práticas e comportamentos que se pode encontrar hoje no rural, também pode-se ver imposições ou intervenções exógenas que obrigam os moradores do campo, notadamente os agricultores familiares e trabalhadores agropecuários, a se posicionarem e se adaptarem a novas situações sociais, que nem sempre lhes são favoráveis nos jogos de força sociais. Por conseguinte, enseja ou pode ocasionar mudanças conflituosas ou crises de identidade social para os indivíduos nela envolvidos (trabalhadores da terra *versus* trabalhadores do lazer/entretenimento; agricultores *versus* artesãos; produtores de alimentos *versus* empresários de turismo; trabalhador rural *versus* pedreiro/jardineiro, residente rural *versus* produtor rural etc.)

Seja como for, observa-se que o turismo comunitário é uma estratégia que vem sendo implementada por diversas comunidades tradicionais, com valorização de seus diferentes modos de



vida. Na visão esclarecida de Zechner, Henríquez e Sampaio (2008), a convivencialidade é o que torna diferente o modo de vida comunitário. Para estes estudiosos, convivencialidade é uma relação social de interesse pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando a simplicidade das comunidades tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros.

Na visão de Silva (2014), o turismo comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar, em sua maioria rural, que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar as condições de vida; além de levar todos a se sentirem capazes de contribuir, e organizar as estratégias de desenvolvimento do turismo.

Portanto, a comunidade local sai do papel de coadjuvante e torna-se protagonista das etapas do processo. Nesse sentido, concordamos com a referida autora, uma vez que não se admite mais conceber a comunidade somente como público-alvo ou ainda como receptora de programas e projetos (SILVA, 2014). Essas comunidades rurais passam então a determinarem seu próprio presente e conseqüentemente o seu futuro.

Apesar do turismo comunitário ter na sua máxima a vivência de experiências a partir das condições colocadas pelos membros da comunidade, ele mantém características comuns a outras modalidades da atividade turística. O desenvolvimento dessa atividade exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, corresponsabilidade e participação (ZECHNER; HENRIQUEZ; SAMPAIO, 2008)

Almeida (2004) levanta um questionamento acerca da atividade turística quanto a sua capacidade de transformar-se em vetor de desenvolvimento, possível de realizar a passagem para um novo modo de produzir preocupado com a natureza e a sociedade, sem destruir as especificidades ambientais consideradas como bens turísticos. Ressalta-se aqui a capacidade híbrida do turismo que, se por um lado, representa um enorme potencial de desenvolvimento socioeconômico, pode representar, por outro, a degradação do ambiente, considerando a natureza e a própria sociedade.

Destaca ainda Almeida (2004) que a própria sustentabilidade carece de questionamentos no que diz respeito a apropriação do seu significado, bem como a quem ela está a serviço. Portanto, há de se repensar como a prática do turismo no espaço rural pode promover o desenvolvimento social e econômico, sem comprometer a proteção ao meio ambiente, balizado nos princípios da sustentabilidade.

Diante desse enfoque sobre a prática da atividade turística no espaço rural é que se pretende analisar os cenários no povoado Terra Cáida em Indiaroba/SE. Nesta comunidade existiram alguns



indicativos de introdução do turismo como alternativa econômica, frente à queda da produção pesqueira local, e aos investimentos públicos na infraestrutura para o desenvolvimento regional, muitas vezes realizados sem consulta e sem sintonia com a população local.

3 O CONTEXTO GEOESPACIAL DO POVOADO TERRA CAÍDA

O município de Indiaroba situa-se na porção meridional do Estado de Sergipe, distante cerca de 102 Km de Aracaju, e integra a Microrregião Geográfica de Estância. Segundo o IBGE, a referida região está composta pelos municípios de Estância, Indiaroba, Itaporanga D’Ajuda e Santa Luzia do Itanhy. De acordo com as unidades de planejamento adotadas pelo Governo do Estado de Sergipe, esses municípios fazem parte do denominado “Território Sul Sergipano”. O município de Indiaroba é também parte integrante do complexo estuarino Piauí-Real, com quem mantém forte ligação histórica, econômica e cultural. A sede municipal está localizada na porção sul do território, numa altitude média de 10m acima do nível do mar, e o povoado Terra Caída está situado na confluência dos rios Indiaroba e Piauí (Figura 1).

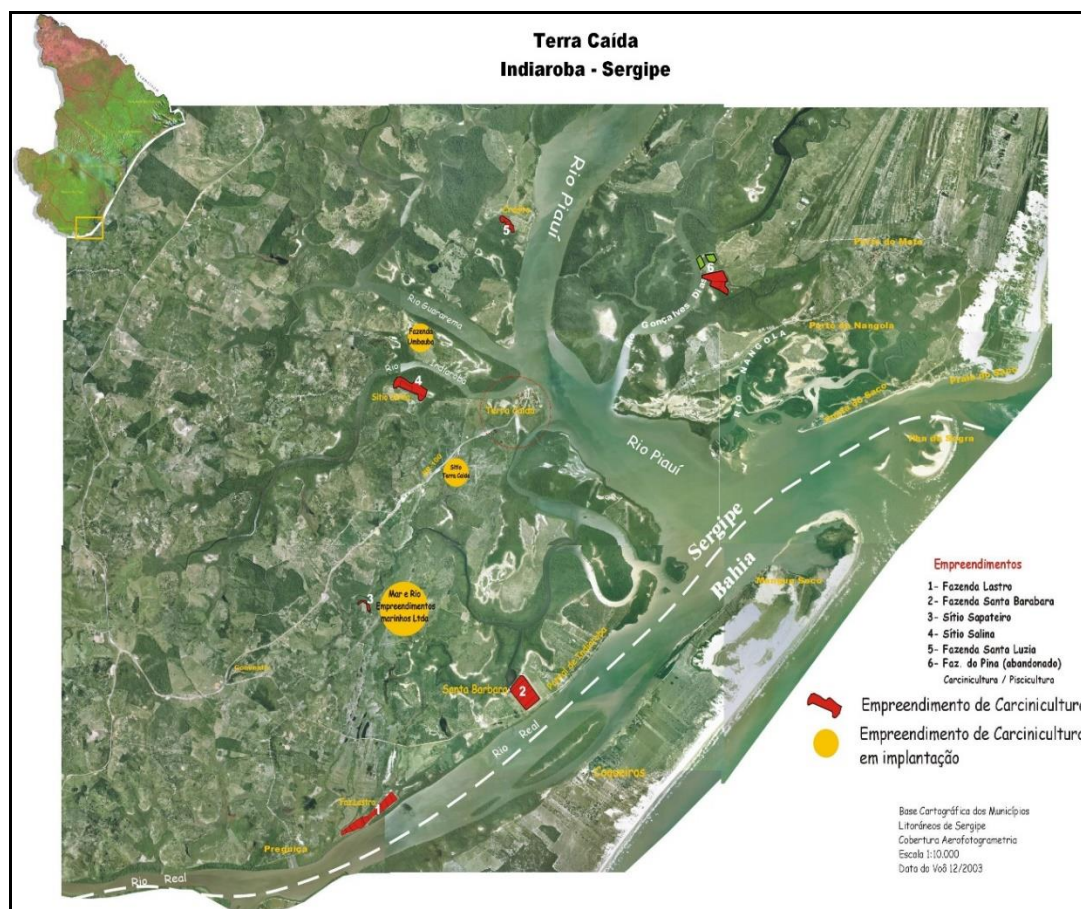


Figura 1. Terra Caída no contexto do Complexo Estuarino Piauí-Real.
Fonte: CODISE, 2007.



A ocupação do município de Indiaroba se processou lentamente desde os primórdios da colonização do Estado. De acordo com Ferreira (1959), a partir do século XVI se registra na literatura uma série de fatos que evidenciam o processo lento de ocupação da área, cuja característica mais evidente é a disputa de terras entre a Bahia e Sergipe. Esta disputa era mormente por terras e pela localização territorial, pois historicamente é possível afirmar que o município não apresentava tanta prosperidade econômica, mesmo sendo possuidor de 30 engenhos de açúcar e um significativo rebanho bovino. A herança deste período se reflete na presença, atualmente, de grandes propriedades que ocuparam, gradativamente, as margens do rio Real e do rio Piauí e seus tributários.

A sua condição de município rural ainda se evidencia nas características de concentração de terra e renda, na pecuarização, nos conflitos socioambientais, na predominância do uso do solo com pastagens, nas lavouras e nas matas ainda existentes, e na forte relação entre as populações tradicionais e o complexo estuarino Piauí-Real.

Neste cenário, inserem-se outros atores sociais em busca de terras, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), com acampamentos nas margens das rodovias e nos assentamentos já oficializados em algumas fazendas ocupadas. Em 2007, existiu uma forte tensão social na área periférica do Povoado Terra Caída, devido à presença do acampamento Luiz Silveira D'Ávila do MST, localizado às margens da rodovia SE-100, mais precisamente em frente à entrada principal da Fazenda Santo Antônio do Bitandé, onde estava edificado um empreendimento de carcinicultivo (SANTOS, 2008).

Na dinâmica recente de uso do solo, ocorre um processo de ocupação induzido pela melhoria das vias de acesso: rodovias estaduais SE-100 sul e SE-318 e a ponte Gilberto Amado. Esses objetos geográficos servem de eixo estruturador de ocupação no município como um todo e do espaço mais costeiro em particular. No seu momento existiu navegação de balsa para transporte de veículos no complexo estuarino Piauí-Real, interligando o município em estudo ao litoral do município de Estância e boa parte do litoral sergipano, contribuindo dessa forma para o aumento no fluxo de veículos e movimento de pessoas e produtos no município. Hoje a ponte Gilberto Amado faz esse serviço e contribui para a dinamização territorial e valorização espacial da área de influência direta e indireta do empreendimento.

O município de Indiaroba se encontra na região turística do Pólo Costa dos Coqueirais, contemplada pelo projeto Destinos Indutores do Plano Nacional de Turismo (2007-2010) do Ministério do Turismo, e beneficiada pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

O Povoado Terra Caída, de nome oficial Praia de São José, encontra-se situado na porção norte do município, no estuário do rio Piauí. A sua distância é de aproximadamente 15 km da sede



municipal. A comunidade está inserida na Área de Preservação Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe, criada pelo Decreto Governamental Nº 13.468, de 21 de janeiro de 1993, constituída principalmente por manguezais, estuários, dunas, restingas, lagoas, praias e remanescentes de Mata Atlântica, que se encontram conservados no entorno do povoado.

Quanto aos aspectos sociais, o povoado conta com um posto de saúde funcionando nos períodos da manhã e tarde, em função de uma equipe de saúde com atendimento médico duas vezes por semana; porém o atendimento odontológico oferecido à população é realizado no povoado vizinho, Convento, diariamente.

A rede de ensino de Indiaroba conta com um total de 26 estabelecimentos escolares, distribuídos nas esferas municipal e estadual, que oferecem o ensino infantil, fundamental e médio. No povoado Terra Caída, encontra-se ainda uma unidade educacional, onde são ofertados somente os níveis de ensino da educação infantil e fundamental. A escola conta com nove professores, 70% com nível superior, segundo a Secretaria Municipal de Educação. Além disso, a unidade oferece duas turmas de educação de jovens e adultos no período da noite. Ainda de acordo com a Secretaria de Educação Municipal de Indiaroba, a merenda escolar é ofertada nos três turnos e existe transporte no período da noite para os estudantes que se deslocam para a sede a fim de cursar o ensino médio.

Terra Caída apresenta uma configuração espacial praticamente dividida ao meio pela Rodovia SE-100, de pavimentação asfáltica. Entretanto, anteriormente à construção dessa rodovia, o acesso era dificultado por conta da pavimentação de piçarra encontrada na antiga estrada. Com a pavimentação asfáltica e posteriormente com a construção da ponte Gilberto Amado, nota-se, mais recentemente, a instalação de alguns equipamentos de infraestrutura no povoado e, também, a construção de novas habitações e abertura de loteamentos.

A abertura e a pavimentação da SE-100 e a construção da ponte Gilberto Amado representaram também a possibilidade de incremento da prática do turismo na localidade. O povoado encontra-se numa posição geopolítica privilegiada entre as capitais Aracaju e Salvador, na chamada “Linha Verde”. No mundo globalizado da atividade turística, o potencial natural agregado à infraestrutura de acesso a Terra Caída representa pontos fortes para sua valorização territorial e inserção no mercado do turismo.

O Litoral Sul de Sergipe configura-se como um importante território turístico, e por conta disso, necessita de ações para o seu ordenamento territorial, atreladas às estratégias que garantam a sustentabilidade socioambiental, econômica e política. Nessa perspectiva, o território sul sergipano foi beneficiado por meio de obras de infraestrutura viária e fluvial, viabilizados pelos investimentos do PRODETUR II.



No final de janeiro de 2013 foi inaugurada a Ponte Gilberto Amado, que encurta a distância viária entre Aracaju e Salvador, permitindo todo o trajeto pela via costeira, sem deslocamentos até a BR-101. A construção da ponte sobre o rio Piauí, ligando Estância a Indiaroba (Porto do Cavalo à Terra Caída) promoveu a interligação do litoral sul sergipano e encurtou o trajeto costeiro ente Sergipe/Bahia. Esse equipamento rodoviário tornou possível o acesso à Aracaju pela Linha Verde, ampliando assim a interação territorial entre o litoral sergipano e baiano, bem como a promoção da dinamização econômica e do turismo (SANTOS, VILAR, 2013).

Segundo dados do PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (2005), para os investimentos no Estado de Sergipe de 1995 até 2001, formulou-se uma estratégia de investimentos divididos em três etapas, objetivando a consolidação dos fluxos turísticos urbano, de lazer, cultural e de convenções e eventos. Para tanto, foram investidos na Área Turística de Aracaju e São Cristóvão cerca de US\$ 60,98 milhões. Na Área Turística Litoral Sul o investimento ultrapassou US\$ 22,00 milhões. E na Área Turística Litoral Norte foi de cerca de US\$ 20,00 milhões. Os investimentos foram realizados em obras de saneamento, ampliação do aeroporto de Aracaju, transportes, proteção e recuperação de patrimônio histórico e desenvolvimento institucional.

Apesar de o município ser contemplado com obras de intervenções do PRODETUR I e II, as atividades econômicas ligadas ao turismo de Indiaroba ainda são incipientes. No que se refere à infraestrutura, na sede municipal é possível observar a existência de uma orla ribeirinha, com área de contemplação da beleza natural do rio Real e pequena infraestrutura de bares e restaurantes

A atividade turística com maior significância econômica é desenvolvida nos povoados Pontal e Terra Caída. No Pontal, existem algumas pousadas e o fluxo de visitantes é maior, devido ao tradicional acesso fluvial para Mangue-Seco, no estado da Bahia. Nessa localidade, uma parte da população está ocupada nos serviços de travessia, no estacionamento de veículos dos turistas que chegam ao local, nos restaurantes e na comercialização de artesanatos. Ainda em termos turísticos, destaca-se o Povoado Terra Caída, onde se encontram pousadas de pequeno porte e várias habitações utilizadas como segunda residência e veraneio. Nessa localidade está localizada a praia fluvial de São José e cerca de uma dezena de restaurantes que comercializam, na sua grande maioria, um cardápio de frutos do mar. Por conta do sabor e da fama dos pratos servidos na localidade, é considerada como uma área para prática do turismo gastronômico. A localidade é ponto de parada de embarcações que fazem passeios pelo complexo estuarino dos rios Piauí-Real. Além disso, embarcações do tipo lancha, fazem fretamento para travessia com destino ao Mangue-Seco (BA), distante 30 (trinta) minutos de barco.

É válido frisar que esse povoado era considerado como um refúgio de paz e tranquilidade para alguns visitantes. No entanto com a pavimentação da Rodovia SE-100 e finalização da ponte



Gilberto Amado, toda a calma deu espaço a agitação. Nos dias atuais, é grande o fluxo de pessoas que chega à localidade, umas para atividade turística e outras, somente de passagem. De acordo com levantamentos do PRODETUR, o povoado tem um forte potencial para desenvolvimento de atividades com empreendimentos ambientalmente integrados às atividades ecoturísticas.

No tocante à organização social, duas associações se destacam na Terra Caída: a Associação dos Moradores de Terra Caída, praticamente desativada, cuja sede é aproveitada como clube social da localidade; e a Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (ASPECTO). Esta última atua em diversos segmentos da sociedade, dentre eles vale destacar: incentivo à prática de turismo comunitário; proteção ao meio ambiente; ações de fortalecimento da cidadania; desenvolvimento da atividade pesqueira; capacitação profissional; atividades com a terceira idade; educação ambiental; musicalização; e resgate cultural. Uma das principais dificuldades da associação é a limitação de recursos financeiros para o desenvolvimento de suas ações. Porém, as atividades desenvolvidas têm surtido efeitos positivos no comportamento da comunidade em diversos aspectos e contribuído para a melhoria das condições de vida da população local.

4 O UNIVERSO ESTUARINO E AS ESTRATÉGIAS PARA INSERÇÃO NA PRÁTICA DO TURISMO LOCAL

De acordo com o IBGE (2010), a população do município de Itaporanga D'Ajuda é composta por 30.419 habitantes, com densidade demográfica de 41,11 hab/km². Desse conjunto, destaca-se o grande contingente de população jovem. Esse excesso observado na população juvenil tem como consequência uma maior demanda por infraestrutura e equipamentos específicos, além de gerar uma considerável pressão sobre a necessidade de novos postos de trabalhos, fato que não vem sendo contemplado suficientemente, estabelecendo nesse sentido a necessidade de grandes intervenções da administração municipal.

A economia municipal apresenta em seus aspectos gerais uma composição setorial que evidencia grande importância para as atividades ligadas ao setor primário, enquanto as restantes, ou seja, as atividades secundárias e terciárias, participam no contexto econômico municipal de forma bastante reduzida (SEPLAN/SE, 2007). Nesse contexto econômico, a estrutura agrária do município de Indiaroba evidencia diversidade no tamanho das propriedades onde são executadas atividades ligadas à agricultura, pecuária, pesca e, mais recentemente, a carcinicultura.

A atividade pesqueira desenvolvida no município de Indiaroba tem caráter artesanal, muito embora voltada para a comercialização do pescado. É válido ressaltar que essa atividade é realizada como forma de subsistência de algumas famílias, que utilizam os excedentes para geração de renda e aquisição de outros gêneros alimentícios. Porém, devido à forte ligação de dependência com o



complexo estuarino Piauí-Real, a grande maioria das pessoas ligadas à atividade pesqueira tem esse ofício como o principal gerador de renda familiar e direciona o resultado do seu trabalho para a comercialização.

Essa atividade é caracterizada por duas categorias distintas: pesca estuarina e pesca marítima. Por ser um município com o seu litoral banhado por dois importantes rios na escala sergipana, a maior característica da pescaria indiarobense é estuarina, contudo, existe no município uma pequena frota com embarcações de médio porte que exerce a atividade em águas marítimas.

A pesca estuarina é levada a efeito por uma frota de canoas construídas em madeira, com comprimento médio variando entre 5,0 e 10,0 metros, na sua grande maioria movida à vela e remo, com uma pequena parte equipada com motor de popa. As pescarias geralmente são diárias, com raras exceções, realizando viagens de até 2 dias, com horários de saída e retorno dependendo das marés. Utiliza-se como principal equipamento de captura a rede de emalhar, em diversas formas e comprimentos, tarrafa, linhas com anzóis, grozeira, redinha (pequenos arrastos manuais) e armadilha em forma de currais.

Por sua vez, a pesca marítima é exercida através de uma pequena frota de pesqueiros de médio porte, com variação média entre 8 e 13 metros de comprimento, construídos em madeira, impulsionados por motores de maior potência, realizada na plataforma continental, capturando peixes de médio e grande porte.

O total de embarcações do tipo canoa é de 319 unidades, seguido em proporção bem inferior, dos barcos de médio porte, com somente quatro unidades. Essa distribuição se dá de forma equilibrada, entre a sede municipal, com 29,15%, o povoado Pontal (30,09%), Terra Caída (25,39%) e com menor frota, a localidade Preguiça com somente 15,36 % das embarcações de pesca.

Atualmente, de acordo com relatos das lideranças dos pescadores do Povoado Terra Caída, a quantidade do pescado reduziu de forma significativa e a pesca não apresenta mais rentabilidade como em anos anteriores. A pesca continental é uma nova modalidade que recentemente está sendo introduzida na região, por meio da atividade de carcinicultura. De acordo com o Censo da Carcinicultura de Sergipe (CODISE, 2007), já existem em funcionamento 09 (nove) empreendimentos no município, num total de 27 (vinte e sete) entre as bacias hidrográficas do rio Piauí e Real, com previsão de implantação de outras 08 (oito) novas unidades.

Vale ressaltar que a queda dos recursos pesqueiros especificamente na comunidade de Terra Caída provocou a busca de alternativas de trabalho e renda. A comunidade local percebeu que o potencial natural e cultural do povoado poderia ser mais bem aproveitado pela atividade turística. A estruturação do turismo de base comunitária no Povoado Terra Caída está diretamente relacionada à principal atividade econômica da região, a pesca artesanal, uma cadeia que se apresenta organizada



em forma de associação, facilitando a transparência e envolvimento dos agentes locais no desenvolvimento do projeto.

De acordo com informações fornecidas em entrevistas pelo presidente da ASPECTO, as primeiras investidas no turismo no povoado Terra Caída, por parte da comunidade, foram representadas pela implementação de duas ações com apoio da ASPECTO: i) “Hospede-se na casa de um nativo” – com o objetivo principal de proporcionar hospedagem de turistas nas casas dos moradores da localidade; e ii) “Almoce com os nativos” – que incentiva a preparação de pratos típicos por parte dos nativos para serem oferecidos aos visitantes, mediante a uma simples relação comercial entre o morador e o seu cliente.

Essas ações serviram para a comunidade perceber o grau de importância da atividade turística e em consequência reconhecer a necessidade de cuidados com o meio ambiente e a cultura local. Por outro lado, ficou evidente a necessidade de capacitação dos membros da comunidade para o trato com o turista, bem como, com o próprio turismo. O despreparo da comunidade para a prática turística levou a ASPECTO a buscar parceiros para realização de atividades de sensibilização, capacitação e fomento da atividade.

Para o Presidente da Associação, o turismo é realmente uma verdadeira alternativa, mas que precisa ser trabalhado dentro da preocupação com a geração de trabalho e renda local, atrelado às preocupações com a proteção dos recursos naturais e culturais. Destaca ainda, que a comunidade deve estar organizada e articulada para não cair nos descaminhos do turismo, pois essa atividade é capaz de gerar tanto aspectos positivos quanto negativos, além de necessitar ser ouvida quanto aos seus interesses e prioridades.

Além dessas duas ações, pode-se destacar o papel dos pescadores na oferta de transporte fluvial em barcos à vela ou a motor para Mangue Seco, na Bahia. Esses trabalhadores locais oferecem seus serviços para os turistas individualmente ou para as operadoras de turismo Ibero Star (Salvador), Nozes Tur (Aracaju) e Gazela (Estância).

A referida Associação articula ações com os seguintes parceiros: Delegacia Regional do Trabalho, PETROBRAS (Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras – PEAC), Banco do Nordeste, Secretaria Estadual de Turismo de Sergipe (PRODETUR – Pólo Costa dos Coqueirais) e a Secretaria Especial de Pesca (SEAP).

Segundo o presidente da Associação, a área possui os seguintes atrativos turísticos, ainda pouco explorados: terapia da mangaba e do massunim; Fonte das Pedras; pescaria no estuário, passeios pelos manguezais de barco a vela; Lagoa Vermelha; passeios de jegue, charrete e bicicleta; trilhas para *trekking*; turismo náutico de velejadores.

Em recente parceria com a Sociedade Semear por intermédio de investimentos do Ministério do Turismo, a ASPECTO desenvolveu atividades voltadas para a organização comunitária e



estímulo à participação na busca da autonomia com envolvimento de parceiros, conhecimento técnico e profissional, aliado ao conhecimento popular para a gestão do turismo, aprendizado em planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos, atuação nos princípios da economia solidária, sensibilização e mobilização da comunidade sobre a importância da sua organização e envolvimento para o desenvolvimento regional do turismo e melhoria da produção associada à atividade turística, a exemplo do artesanato, pesca e agricultura familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das perspectivas desse estudo de se promover uma análise da situação do turismo no espaço rural com base comunitária no povoado Terra Caída, pode-se aferir que, apesar das iniciativas locais para a prática turística, essa modalidade ainda está se desenhando. A formação e capacitação dos membros locais, as dificuldades de infraestrutura, os desafios da pesca e da questão ambiental, configuram-se como os principais desafios a serem enfrentados.

A panaceia do turismo foi percebida pelas lideranças locais, que mesmo assim defendem a atividade como alternativa. Na perspectiva de promover o turismo rural com base comunitária, membros locais iniciaram ações para se conhecer melhor o turismo, pensando sempre na coletividade, já que a mesma apresentava sérias deficiências no que tange ao conhecimento e apropriação de técnicas apropriadas para a prática.

Identificou-se que na busca pela inclusão através do turismo, foram implementadas ações locais, a exemplo, de “hospede-se na casa de um nativo” e “almoce com os nativos”. No entanto, essas estratégias apresentam-se fragilizadas necessitando de novos impulsos, novas ações e parcerias coordenadas entre os atores locais e a iniciativa pública e privada.

A infraestrutura implementada pelo poder público gerou expectativas na comunidade que foram frustradas pelo despreparo dos próprios moradores locais. Por conta disso, a população local vê com alguma desconfiança os novos investimentos, e ao mesmo tempo em que esperam por novos equipamentos, têm receio de um futuro incerto. Cabe salientar ainda que a atividade turística em Terra Caída é vista com uma alternativa capaz de promover a cidadania pelos próprios cidadãos locais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G.. **Paradigmas do Turismo**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento /Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fundação João Pinheiro – software @ 2003 – ESM Consultoria. Dados @2003 – PNUD. Versão 1.0.0.



- BNDES. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 03 de junho 2017.
- CAMPANHOLA, C., SILVA, G. J. da. **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.
- CARTA DE JOINVILLE. **IV Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Joinville, 2004. Disponível em <http://www.ielusc.br/citurdes>. Acesso em: 23 de maio de 2009.
- CODISE. **Censo georreferenciado dos empreendimentos de carcinicultura de Sergipe**. Aracaju, 2007.
- DATASUS. **Consolidado das famílias cadastradas do ano de 2007 - Terra Caída**. Secretaria de Assistência à Saúde. Indiaroba, 2008.
- FERREIRA, J. P. **Enciclopédia do Municípios Brasileiros**. IBGE: Rio de Janeiro, 1959.
- FROEHLICH, J. M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. In: ALMEIDA, J.; RIEDI, M. (Orgs.) **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- IBGE. **Censo Demográfico - 2001**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20/01/2008.
- MTUR. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/diretrizes-para-o-desenvolvimento-do-turismo-rural.pdf> Acesso em: 15 maio de 2018.
- _____. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- PRODETUR. **Relatório final do projeto**. Banco do Nordeste do Brasil, 2005.
- SANTOS, M. A. N. RAS para implantação da Lusomar carcinicultura. **Relatório Técnico**, Aracaju: AMBIENTEC, 2008.
- SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. Litoral Sul de Sergipe e Litoral Norte da Bahia: apropriação, usos e conflitos. **Anais... II Seminário Nacional Espaços Costeiros**. Salvador, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/secosteiros/article/view/14733/10087> Acesso em: 14 maio 2014.
- SEPLAN-SE. **Anuário Estatístico de Sergipe - 2000**. SUPES: Aracaju, 2001.
- SEPLAN-SE. **Informes Municipais: Indiaroba - 2004**. SUPES: Aracaju, 2007.
- SEPLAN-SE. **Anuário Estatístico de Sergipe - 2005**. SUPES: Aracaju, 2007.
- SILVA, R. E. O turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local nos territórios quilombolas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 1, fev./abr. 2014, p. 178-197.
- ZECHNER, T. C.; HENRIQUEZ, C.; SAMPAIO, C. A. C. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. In: **Anais... II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**. Fortaleza, 2008.